

Declaração Política

- Deputado José Ávila -

Retrocesso e centralismo do Governo Regional em políticas de transportes prejudicam Coesão dos Açores

Sr. Presidente da Assembleia

A promoção da coesão regional, nas vertentes económica, social e territorial, constitui a principal política de investimento da União Europeia e deveria constituir a principal política de qualquer Governo de uma região ultraperiférica e, ainda para mais, quando se trata de uma região arquipelágica e com assimetrias provocadas pelas dimensões geográfica e demográfica.

É certo que já muito se fez ao longo dos anos de autonomia, para prevenir o aumento das disparidades regionais com apoios Europeus.

Não obstante estas prerrogativas europeias - e que, recomendavelmente, para não dizer obrigatoriamente, têm de ser adaptadas ao nosso arquipélago, - temos assistido a um retrocesso em algumas áreas que cheiram a centralismo “doméstico” e parcialidade na interpretação dos instrumentos comunitários criados exatamente para isso, ou seja, para combater os desequilíbrios entre países, entre regiões e, mesmo, entre ilhas.

Este Governo está em funções há apenas um ano, e isso impede-nos de exigir que faça muito ou que faça tudo, mas não podemos deixar de o criticar por aquilo que desfaz, nomeadamente quando põe em causa a tal coesão regional que tanto se fala e que toda a gente jura defender.

Já se sabe que falar é fácil, o difícil é mesmo fazer. Quem está agora na posição já começa a ver o que custa fazer, ao mesmo tempo que confirma que a facilidade com que falava não se coaduna com a realidade.

Agora desfazer o que funcionava bem é que não se percebe.

A operação sazonal de transporte marítimo entre todas as ilhas dos Açores para, por exemplo, o PSD era uma boa ideia e as críticas iam no sentido de exigir a sua refundação por entender que tinha chegado “a hora de perspetivá-lo, para posicioná-lo como um novo produto credível e confiável para o mercado turístico externo”, citei um antigo Deputado.

Ao que parece já deixou de ser uma boa ideia e o mesmo partido que queria refundar este serviço com o objetivo de o tornar mais eficiente, surge agora a afundá-lo, literalmente. Não se percebe, sinceramente.

A tutela dos transportes recusou uma “política despesista”, apontando que a taxa média de ocupação na Linha Amarela (que fazia a operação sazonal e servia todas as ilhas exceto o Corvo) rondava os 30%. A pergunta que se deixa aqui é se para este Governo unir todas as ilhas é despesa ou investimento? E se vai acabar com ligações marítimas e/ou aéreas de rotas com baixas taxas de ocupação? É que se for assim, estaremos cá para ver.

Esta medida tomada de forma inusitada e, ainda para mais, sem consultar as autarquias e os conselhos de ilha e explicada deste modo é um triplo ataque à coesão regional, nas vertentes territorial, económica e social.

O que dirá a União Europeia quando se reivindica mais verbas para ultrapassar a ultraperiferia, quando cá dentro fazemos, ou melhor, faz este Governo precisamente o seu contrário?

Será que não vale a pena utilizarmos algumas verbas destinadas à coesão para unir as ilhas?

E, muito sinceramente, quando o Governo diz que vai “estudar alternativas” ao transporte marítimo de ligação interilhas, para “um efetivo serviço à população” com “custos que o orçamento da região possa suportar”, dá que pensar.

Acaba-se primeiro e depois é que se vai estudar. Não devia ser ao contrário, ou seja, estudar a alternativa e depois alterar o modelo? E este estudo das alternativas, quanto tempo vamos ter de esperar para que veja a luz do dia?

Como vamos resolver o problema da mobilidade dos Açorianos nomeadamente nos eventos de maior dimensão que animam as ilhas no período de verão?

Mas a coesão regional nos últimos tempos sofreu outro revés. O fim dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes.

Como se sabe, esta política de aeroporto único beneficiava todas as ilhas, especialmente as que não têm *gateway*.

Este é mais um rude golpe, desferido ao mesmo tempo, sem aviso e sem audição prévia das entidades das ilhas mais prejudicadas, curiosamente sempre as mesmas.

Como se sabe, a política de encaminhamentos gratuitos, coloca um passageiro em qualquer ilha dos Açores ao mesmo preço. Tem custos, é certo, mas não se trata de uma despesa, mas antes um investimento na coesão das ilhas dos Açores, suportado pelos orçamentos da Região e da República.

Os números do turismo, em período de pré-pandemia, expressavam um crescimento relativamente equilibrado nas ilhas, mas com este caminho vamos assistir a ritmos muito diferentes que originarão desequilíbrios que deixarão marcas nos proveitos da hotelaria, no investimento público e privado e,

sobretudo, na vida das ilhas que precisam do turismo como um novo pilar do desenvolvimento económico.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ciente das dificuldades criadas por esta nova política de reversão de conquistas no âmbito da mobilidade, vai apresentar nesta Assembleia uma iniciativa que visa minimizar os impactos económicos e sociais provocados por esta determinação unilateral deste Governo das minorias unidas.

A conjugação destas decisões perniciosas para grande parte das ilhas representa uma visão enviesada da coesão e colide mesmo com o programa de Governo, porque aí pode ler-se “Somos ilhas. Os transportes aéreos e marítimos são os nossos caminhos. Melhorar o sistema de transporte e as suas estruturas é o nosso desígnio”, fim de citação.

Mas se tivermos dúvidas, lemos mais à frente, também nesse documento “A eficiência do transporte aéreo e do transporte marítimo alavanca o desenvolvimento sustentável numa região ultraperiférica e descontínua como a nossa. A eficiência do transporte aéreo e do transporte marítimo acelera a coesão social e territorial”, citei.

Como se pode acelerar a coesão social e territorial desmantelando os melhores instrumentos para o fazer?

Estudem, consultem, decidam. Mas, enquanto isso, não destruam as boas ideias. Não abandonem os mecanismos de suporte de desenvolvimento de muitas das nossas ilhas, sem terem uma alternativa credível, caso contrário estaremos perante um retrocesso inaceitável.

Disse.

Horta, Sala de Plenário

14 de dezembro de 2021